ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 2/12/2019
Aprovado em: 21/7/2020
Período de publicação: jan./jun. 2022

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 7 • n. 18 • Jan./Jun. 2022)

Como citar o artigo:

VAZ, L. de V. A.; BARROS, F. B. Soberania e segurança alimentar para o "Bem Viver": um estudo de experiência quilombola em Salvaterra/Ilha do Marajó (PA). **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 7, n. 18, p. 73-89, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2022v7i18p73-89

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O "BEM VIVER"

UM ESTUDO DE EXPERIÊNCIA QUILOMBOLA EM SALVATERRA/ ILHA DO MARAJÓ, PA[1]

Lara de Victória Almeida Vaz[2]
Flávio Bezerra Barros[3]

Resumo: Esta pesquisa, realizada no âmbito da iniciação científica, se insere no campo de estudo acerca da soberania e segurança alimentar e nutricional de povos e comunidades tradicionais em situação de ameaças aos seus territórios e sistemas alimentares, com foco em práticas de resistência contra-hegemônicas a partir do modo de viver e de criar de comunidades quilombolas da Ilha do Marajó, em Salvaterra, Pará. A partir da observação participante em campo (MALINOWSKY, 1978; SPRADLEY, 1980), nota-se que as principais formas de subsistências alimentares, como a caça e a pesca, encontram-se ameaçadas em razão da invasão das terras quilombolas para a criação de gado ou para a plantação de capim e arroz, além dos diversos modos de apropriação de recursos naturais. Em contrapartida, há um cenário de luta em prol da regularização territorial protagonizada pelas comunidades perante os órgãos do Estado e da União, onde se reivindica a titulação territorial para efetivação de direitos e para se pôr em prática o bem viver desejado.

Palavras-chave: soberania e segurança alimentar, povos e comunidades tradicionais, Bem-Viver.

[1] Uma primeira versão deste artigo foi apresentada na XIII Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), ocorrida em julho de 2019 em Porto Alegre, RS. Pesquisa apoiada pelo Projeto Comida de Quilombo no Brasil: Saberes, Práticas Alimentares e Experiências em Contextos do Sul, Centro-Oeste e Norte, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Processo nº 443223/2016-5).

[2] Estudante do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (Uepa) e bolsista Pibic/CNPq pelo Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA); integrante do Grupo de Pesquisa BioSE/CNPq
E-mail: lara.vaz1999@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-3551-0214

[3] Professor Associado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA). Líder do grupo de pesquisa BioSE/CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
E-mail: flaviobb@ufpa.br
https://orcid.org/0000-0002-6155-0511

FOOD SOVEREIGNTY AND SECURITY FOR THE "GOOD LIVE": A QUILOMBOLA EXPERIENCE STUDY IN SALVATERRA MUNICIPALITY, MARAJÓ ISLAND (PARÁ STATE)

Abstract: This research undertaken within the scope of scientific initiation falls within the field of study on the sovereignty and food and nutritional security of traditional peoples and communities threatened with their territories and food systems, focusing on counter-hegemonic resistance practices based on way of living and raising of quilombola communities of Marajó Island, in Salvaterra, State of Pará. From participant observation in the field (MALINOWSKY, 1978; SPRADLEY, 1980), it is noted that the main forms of food subsistence, such as hunting and fishing, are threatened due to the invasion of quilombola lands for cattle breeding or for the planting of grass and rice, besides the various ways of appropriation of natural resources. On the other hand, there is a scenario of struggle in favor of territorial regularization carried out by the communities before the State and Union organs, in which the territorial title is claimed for the realization of rights and to put into practice the desired good living.

Keywords: food sovereignty and security, peoples and traditional communities, good living.

Introdução

As comunidades quilombolas são grupos étnicos formados a partir de remanescentes de quilombo que compartilham uma cultura própria, conhecimentos, identidade e práticas por meio de sua ancestralidade e território. São comunidades que podem ser rurais ou urbanas, porém a maioria vive no espaço rural e baseia suas práticas nos mais distintos usos e maneiras de apropriação dos territórios, tendo em vista que estes são importantes para esses grupos sociais, uma vez que mantêm uma relação direta e específica com a terra (ALMEIDA, 2002).

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2016, não paginado), tais comunidades são comumente "[...] comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles sua propriedade", e como forma de tentar sanar a dívida histórica que o Brasil mantém com esses grupos, foi estabelecido, a partir de 1988, na Constituição Federal, o reconhecimento legal das terras quilombolas, devendo ao Estado a emissão de seus títulos (BRASIL, 1988). O artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias garante aos remanescentes das comunidades de quilombo o direito à propriedade de suas terras, mas somente em 1995 foi feito um documento que solicitava a regularização fundiária dessas terras. Em 1988, houve a criação da Fundação Cultural Palmares, instituição criada pelo governo federal para a promoção e valorização da cultura negra. O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reservou a essa fundação o dever de certificar as comunidades quilombolas para a devida regularização fundiária com base na autoatribuição e nas relações territoriais que a comunidade mantém com a terra (BRASIL, 2003).

Apesar dos direitos garantidos em lei, as comunidades quilombolas sofrem com a invisibilidade perante o Estado, que não garante regularização fundiária e nem os direitos. A ameaça aos seus territórios e a falta de inclusão em políticas públicas efetivas são fatores diretamente ligados a insegurança alimentar, apesar de, na primeira década dos anos 2000, várias políticas terem sido implantadas, como o Plano Brasil sem Miséria, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Programa Brasil Quilombola (SOUSA *et al.*, 2013). Diante da problemática

territorial vivida por grande parte dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, este artigo pretende discutir como a comunidade quilombola de Mangueiras, localizada na Ilha do Marajó, no Pará, desenvolve formas de resistência intrinsecamente ligadas ao Bem Viver enquanto oposição ao desenvolvimento rural hegemônico praticado na Amazônia paraense, baseado no agronegócio e no capital.

Por sua vez, o Bem Viver (ou *Suma Qamaña, Sumak Kawsay*) é um modo de viver inspirado a partir de povos indígenas da América do Sul que se coloca como alternativa ao modelo capitalista, que visa somente ao crescimento econômico e degrada, de diferentes maneiras, a diversidade da natureza e das sociedades. O Bem Viver é um conceito em aberto que se coloca à disposição para as diversas formas de se pensar o mundo, baseando-se na cosmovisão indígena para lutar por condições melhores de vida e valorizando uma relação de respeito com a natureza e a noção de comunidade (ACOSTA, 2008; GUDYNAS, 2012). Tais lógicas de vida não são próprias apenas dos indígenas. As comunidades quilombolas têm sua organização social e sua relação com o território assentadas em perspectivas e cosmovisões que levam em consideração a lógica da partilha, da solidariedade, da reciprocidade e do respeito à natureza como formas de celebração da vida em comunhão.

São diversas as pesquisas e escritos acadêmicos sobre o Bem Viver, como as produções de Aníbal Quijano (2005), Arturo Escobar (1996) e Eduardo Gudynas (2012) e, como nota Freitas (2017), essas diferentes visões e o grande dinamismo sobre o tema permite se pensar o Bem Viver em comunidades quilombolas, já que o consenso da ideia é que "[o Bem Viver] se inspira na igualdade social e no respeito à natureza" (FREITAS, 2017, p. 10).

O pensador David Choquehuanca (2010) entende que o Bem Viver significa que todos somos parte da natureza como seres em sintonia. Seus escritos e modo de pensar se assemelham à fala de uma moradora da comunidade de Mangueiras: "A gente que vive em comunidade, vive em harmonia com a natureza... A gente sabe a hora de pescar, de colher e de plantar". O modo de viver e de criar das comunidades quilombolas pode ser relacionado com o conceito andino, tendo em vista suas práticas de existência frente ao modelo de desenvolvimento rural hegemônico que se expande na região do Marajó[4], no Pará.

Os principais objetivos desta pesquisa, que se insere no projeto maior: Comida de Quilombo no Brasil, foram identificar as relações socioculturais e ambientais que a comunidade mantém com o território para obtenção de recursos úteis à alimentação, e o que isso nos diz sobre as práticas em vistas ao Bem Viver; refletir sobre o atual modelo de desenvolvimento rural dominante no Brasil e, em particular, na Amazônia paraense, e quais ameaças afetam e colocam em risco a soberania e segurança alimentar de povos quilombolas. Para isso, entendemos que o sistema alimentar contém a cultura de quem o pratica como identidade de um grupo, constituindo um veículo de autorrepresentação e de troca entre os seres humanos; ou seja, as preparações e os hábitos culinários de um povo nos dizem muito sobre os valores econômicos, culturais, sociais e religiosos de determinado grupo (BONIM; ROLIM, 1991). Também consideramos que o "alimentar" é um conjunto de práticas e processos sociais que estão interligados, que vão desde as técnicas com a matéria-prima para a extração de alimento, até o consumo de práticas exteriores (HINTZE, 1997).

[4] Consultar Meirelles Filho (2014).

Soberania e segurança alimentar no Brasil

Foi a partir do documento proposto pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1991, que a questão alimentar passou a estar presente na agenda política brasileira. O documento intitulado "Política Nacional de Segurança Alimentar" surge reivindicando políticas públicas e direitos básicos das camadas mais pobres; além disso, associa a insegurança alimentar à oferta e às problemáticas que ocorrem no acesso aos alimentos. Foi a primeira vez que fora discutido o foco governamental no modelo do agronegócio voltado para a exportação e a desigualdade de renda como principais fatores geradores da insegurança alimentar de grande parte da população brasileira (PESSANHA, 2002).

O documento proposto pela oposição ao governo Collor era inovador não somente por colocar a questão alimentar das camadas mais pobres na agenda brasileira, era inovador pelas contrapropostas ao desenvolvimento predominante na época, um desenvolvimento que fortalecia o latifundiário e a produção para a exportação. O documento propunha a promoção de políticas públicas para o desenvolvimento que favorecesse a agricultura familiar.

Foi apenas em 1993, no governo Itamar Franco, que se criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Esse conselho surgiu com o intuito de promover direitos em torno da alimentação adequada a partir de debates entre representantes civis e governamentais. Na tentativa de debater os dados do Mapa da Fome, o Conselho promoveu, em 1994, a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar para:

> [...] reunir ideias e propostas e todos aqueles que estão reunidos em torno de um projeto para mudar a face do país, acabar com a fome e transformar cidadãos excluídos em membros efetivos de uma sociedade ética, justa e humana, onde todos têm direito ao trabalho, moradia, saúde, educação e bem-estar. (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, 1994).

Porém, pela conjuntura política e por uma inserção não efetiva de fato, o Consea foi extinto em 1994. Recriado em 2003, no governo Lula, o Conselho foi fundamental para impulsionar a criação da Lei nº 11.346, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com o intuito de promover e monitorar a alimentação adequada como direito humano. A lei determina que:

> A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

Na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2007b), ocorrida em Fortaleza, em 2007, fora legitimada a influência do debate acerca de segurança e soberania alimentar. Segundo o relatório final da Conferência, o conceito de segurança e soberania alimentar implica criar uma forma de desenvolvimento que questiona os componentes tradicionais e hegemônicos geradores das desigualdades sociais, fome e pobreza, além dos problemas gerados ao meio ambiente e à saúde daqueles que mantêm ligação com a terra. A Consea, desde sua gênese, obteve muitos avanços nos debates políticos acerca da segurança e soberania alimentar,

fazendo com que o fato de o ser humano ter o direito à alimentação saudável e adequada estivesse realmente na agenda pública do Brasil com a recriação e consolidação do Conselho Nacional de Segurança e Soberania Alimentar, que até 2019 era o Conselho responsável por promover a alimentação humana segura e adequada. Com esse órgão foram promovidas diversas ações de incentivo à agricultura familiar e à pesca, como a extensão do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e diversas pesquisas sobre a situação alimentar da população brasileira.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a Secretaria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial (Seppir), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Ministério da Saúde promoveram a Chamada Nutricional Quilombola de 2006 (BRASIL, 2007a). Com os dados da chamada foi possível identificar números e pesquisas referentes à qualidade de vida de comunidades quilombolas. Essa pesquisa, pioneira no tema, revelou que, 11,6% das crianças que vivem em comunidades de remanescentes de quilombos apresentam déficit de altura para a idade correspondente. Dados mostraram que, 57,5% das famílias entrevistadas pertencem à classe E, e nestas a desnutrição infantil chega a 15,6% do total de crianças. A pesquisa revelou números assustadores numa época em que o Brasil pensava ter superado a desnutrição infantil e recomendou que fossem realizados programas de aceleração e assistência para esses grupos.

No Pará, a agenda política do debate acerca do tema está inserida no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Pesans/PA), que é resultado de um pacto formado por vários setores da administração pública estadual, e é o responsável por identificar e analisar os fatores condicionantes da insegurança alimentar no território paraense; além de fortalecer a agroecologia entre os povos e comunidades tradicionais, a fim de assegurar a alimentação adequada e segura, respeitando a diversidade cultural e formas de viver. O Plano também busca identificar quais são as regiões mais pobres do Pará, sendo a pobreza um dos maiores condicionantes da insegurança alimentar. O quadro presente no II Pesans/PA (CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2016) mostra dados do IBGE que revelam ser a região do Marajó a área que concentra maior parte da população abaixo da pobreza, sendo 64,14% da população total. A presente pesquisa foi realizada na área da Ilha do Marajó, região com alto índice de pobreza, fato este que está diretamente ligado à insegurança alimentar brasileira.

Área de estudo e aspectos metodológicos

A Ilha do Marajó está localizada no estado do Pará e é considerada a maior ilha fluviomarítima do mundo. A comunidade escolhida para a realização da pesquisa está situada em Salvaterra, munícipio que é uma das principais entradas da ilha e pertencente à microrregião do Arari, sendo três microrregiões compreendendo a Ilha do Marajó: Ariri, Portel e Furo de Breves.

Salvaterra está localizado a 90 km de Belém do Pará cuja população está estimada em 22.740 habitantes (IBGE, 2016). O munícipio conta com 16 comunidades quilombolas (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016), sendo que a maioria destas não possui títulos de terra, sendo algumas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

A pesquisa foi conduzida no quilombo de Mangueiras, localizado a 23 km do centro do município de Salvaterra. Segundo dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018)[5], a comunidade de Mangueiras aguarda sua titulação desde 2010. Segundo a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Mangueiras[6], residem na comunidade aproximadamente 170 famílias, as quais garantem seus meios de reprodução social e material mediante diversas formas do extrativismo, como caça, pesca, coleta de frutos, de benefícios sociais, como o Bolsa Família, Seguro Defeso e a aposentadoria. A pesquisa focou nas famílias que encontram na floresta e nos sistemas hídricos seu sustento econômico e alimentar, tendo em vista que estes são importantes ecossistemas produtivos para a soberania e segurança alimentar da comunidade.

Figura 1. A travessia para a comunidade de Mangueiras.



Foto: Ygor Matheus, 2019.

Figura 2. Coleta de turu no mangue.



Foto: Ygor Matheus, 2019.

O Rio Mangueiras (Figura 1), que cerca a comunidade do mesmo nome, alimenta e sustenta a maioria das famílias da região. Nele são encontradas diversas espécies de peixe que estão entre os mais citados pela comunidade, como o bacú, acará e jiju, além de jacarés, siris, camarões, turus (Figura 2) e muitos outros alimentos que o rio fornece.

Assim como mostra a Figura 3, a Comunidade de Mangueiras está cercada por fazendas. Além das que aparecem no mapa (Fazenda Dalas e Fazenda Renascença), há a Fazenda São Joaquim, localizada atrás da comunidade. São três grandes terras que abrigam criação de bubalinos, gado bovino, criação de bodes, galinhas e cabras, além da monocultura de dendê. Essas fazendas são territórios de grandes conflitos com a comunidade, já que os fazendeiros (com exceção da Fazenda Dalas) se apossaram de terras que pertenciam à comunidade de Mangueiras ou à comunidade quilombola de Salvar[7], e não permitem que os moradores da comu-

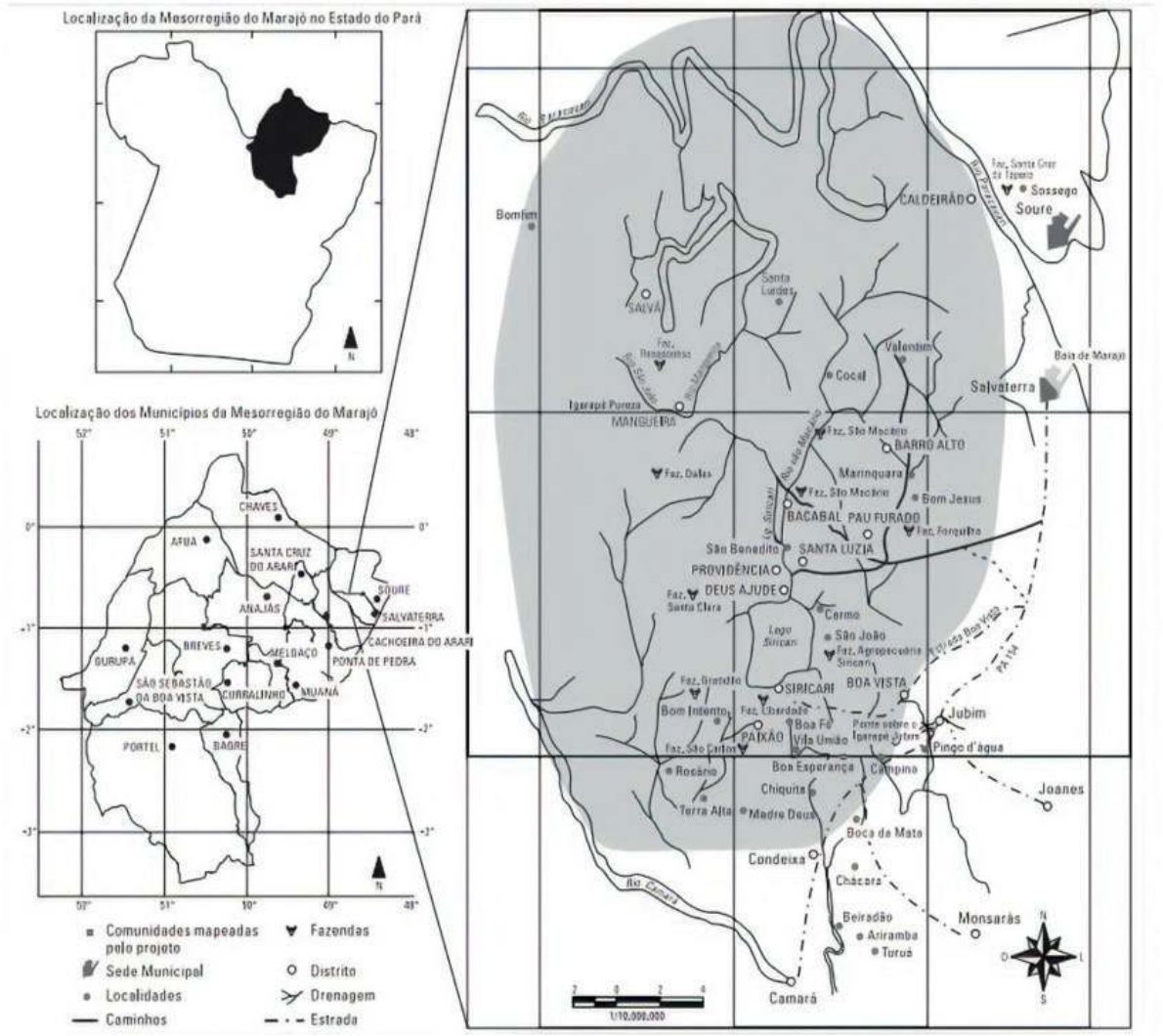
[5] Ver a relação de processos de regularização abertos no Incra, disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/processos_abertos.pdf. Acesso em: 8 jul. 2020.

[6] Informação verbal fornecida pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Mangueiras em 2019.

[7] A comunidade quilombola de Salvar está localizada próxima à comunidade de Mangueiras e aguarda a regularização fundiária junto ao Incra desde 2005.

nidade entrem no território para pescar, caçar ou coletar frutos, como bacuri, açaí e pequiá, sendo necessário em diversos casos o pagamento em dinheiro para a garantia da entrada. Os moradores de Mangueiras alegam diversas situações em que não pagaram o que os fazendeiros ou seus seguranças pediram e foram obrigados a fugir de tiros ou tiveram suas coletas jogadas ao rio.

Figura 3. Representação do Território Quilombola no município de Salvaterra, Ilha do Marajó, PA.



Fonte: Rosa Acevedo Marin e Adaise Lopes (ACEVEDO MARIN, 2009, p. 221).

Entre as ocorrências envolvendo a fazenda e a comunidade está o conflito específico com a Fazenda Dalas. Essa fazenda está em processo de venda, e o medo dos moradores de Mangueiras é que os compradores sejam produtores de arroz, já que grandes empresários do ramo visitaram a área, e a Ilha do Marajó vem passando, nas últimas décadas, por um processo de especulação de terras para o plantio de grãos (MEIRELLES FILHO, 2014). O medo dos moradores quanto ao plantio de arroz na região é por causa dos agrotóxicos usados, que são fortes demais, escoarem para água e acabar contaminando o rio e matando os peixes, como já ocorreu em outras comunidades quilombolas da Ilha do Marajó, como mostra a pesquisa de Meirelles Filho (2010).

Como metodologia, adotamos a técnica fundamental proposta por Malinowski (1978), ou seja, a observação participante. Fizemos a pesquisa de campo como ferramenta não só para a coleta de dados, mas como uma forma que permite trocas, vivências e experiências do outro e com os outros a partir da observação participante. Também se adotou a etnografia (CLIFFORD, 2011) visando estabelecer relações, mapear o campo e manter um diário para uma descrição densa (GEERTZ, 1978). Escolhemos ainda, como ferramenta metodológica, a realização de grupos focais que, segundo Morgan (1997), é uma técnica de pesquisa que permite a coleta de dados por meio das interações em grupo ao se debater um tema gerador proposto pelo próprio pesquisador. Esse método estimula a participação do grupo e dá ao pesquisador a oportunidade de comparar as informações compartilhadas a partir dos diferentes argumentos dos participantes do grupo. Foi a partir desse método que a comunidade revelou uma das maiores causas da insegurança alimentar na comunidade: a falta de titulação das terras.

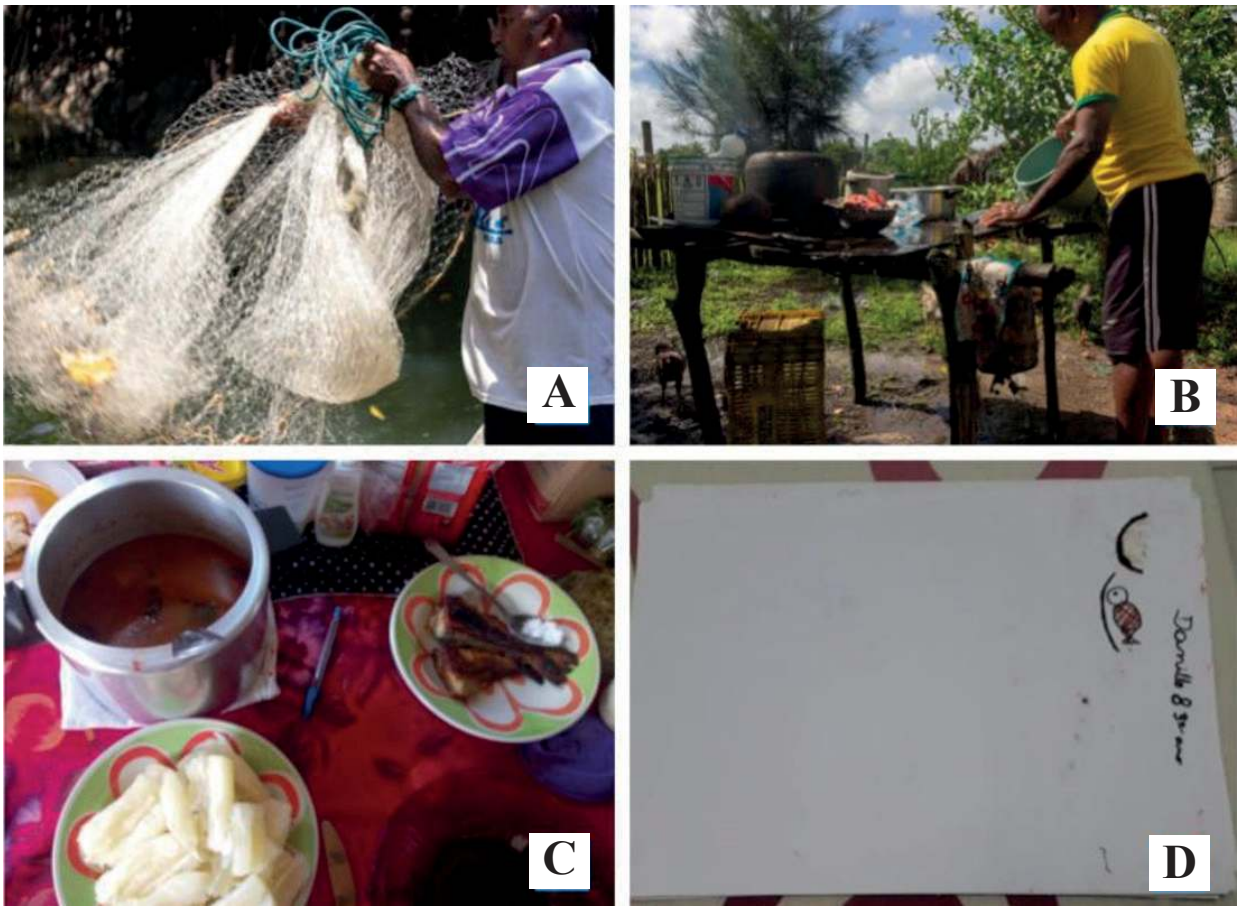
A partir da observação participante foi possível identificar quais práticas os moradores mantêm com a terra e os recursos hídricos, além dos distintos aspectos que estão interligados à ideia de comida e cultura (MENASCHE *et al.*, 2012). Identificou-se que a pesca é a maior fonte de renda da comunidade, uma atividade produtiva que envolve saberes, técnicas e práticas culturais que são transmitidas ao longo das gerações. Executamos oficinas de desenhos e pinturas com 15 crianças do 3° ano na escola da comunidade, o que revelou os gostos e costumes alimentares das famílias com as quais aquelas crianças residem.

Resultados e Discussões

Na região amazônica, nota-se maior interdependência das comunidades com as florestas e os sistemas hídricos (igarapés e rios), pois a pesca constitui elemento fundamental à segurança alimentar, além de ser a maior fonte de renda da comunidade. Segundo Mendes (2006), o peixe é um dos campeões na dieta alimentar da população amazônica, tendo em vista que esse alimento representa quase sempre a única opção para as famílias de baixa renda. Os desenhos feitos em uma oficina realizada com crianças da escola confirmam esse dado, já que em 11 dos 15 desenhos, o peixe é citado como alimento predileto ou o mais consumido em suas casas (Figura 4B).

Os moradores da comunidade relatam a escassez de algumas espécies, como tamuatá, pirarucu e botos (considerado mamífero pela ciência biológica, para os quilombolas é classificado como peixe). São diversos os fatores relatados para que tais animais diminuíssem seus números, mas os relatos são majoritariamente em relação aos búfalos que são criados pelos fazendeiros e quase sempre destroem a cerca das fazendas e andam em bando pela comunidade. Esse gado, que é facilmente adaptado ao ambiente da várzea, pisoteia a vegetação em torno e no fundo dos lagos e dos rios, o que causa a morte gradual dos peixes. Além disso, a criação de búfalos também causa problema nas águas, já que seus dejetos contaminam poços, lagos e rios, provocando danos à saúde.

Figura 4. As diversas visões da pesca em Mangueiras: (A) morador da comunidade praticando a pesca; (B) morador da comunidade preparando o peixe; (C) peixe frito, peixe cozido e macaxeira servidos para o almoço; (D) peixe na representação de Danilo, criança de 8 anos de idade.



Fotos: 1 e 2) Ygor Matheus, 2019; 3 e 4) Lara Vaz, 2019.

Outra queixa recorrente é a falta de seletividade alimentar dos búfalos. Os animais comem qualquer coisa e a qualquer hora: roupas, plantas, sacos plásticos, sapatos, redes de pescas, etc. Esse fato prejudicou diretamente as práticas de agricultura da comunidade, que tiveram que cercar seus quintais para tentar produzir pequenas plantações. Mesmo cercada, ainda há ocorrências de búfalos que destruíram os limites e pisotearam as plantações. O estudo desenvolvido por Barros *et al.* (2019) relata os problemas enfrentados pelos quilombolas da Baixada Maranhense em torno dos búfalos criados por fazendeiros.

Vale ressaltar que esse modelo de criação de gado bubalino foi implantado e fortalecido por instituições públicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que apostam na produção de leite, carne e queijo a partir da criação não confinada. Mas o rebanho bubalino cresceu e se multiplicou sem nenhum controle sanitário, e os fazendeiros não apresentam vontade em mudar o quadro.

A caça também constitui importante fonte alimentar na comunidade. Segundo Figueiredo e Barros (2015), o termo "caça" pode ser usado para definir o ato de abater espécies silvestres, sejam mamíferos, aves ou répteis, que tenham utilidade alimentar. Esse recurso alimentar também se encontra em estado de ameaça. Segundo os moradores, a criação de búfalos nas fazen-

das fez com que os animais silvestres fossem desaparecendo como consequência da devastação da área para a criação de pastos e do próprio gado que assusta tais animais. Animais como a cutia e a paca, que antigamente eram vistos com facilidade na comunidade, já não é facilmente encontrado. A preguiça também não é mais encontrada com tanta frequência, tendo em vista a devastação de árvores para a criação de búfalos. O camaleão e o jacuraru são animais que a comunidade também relata sentir falta, mas estes são encontrados mais facilmente nas fazendas, já que Mangueiras está localizada em uma região alagada e dificilmente há ocorrências desses animais na comunidade. A banha do jacuraru (Figura 5), usada como remédio pelas famílias de Mangueiras, hoje é considerada rara, já que são poucos os moradores que conseguem caçar esse animal. Para o abate desses animais é necessário que haja a permissão dos donos das fazendas ou que a caça seja escondida dos fazendeiros, o que representa risco de morte para os moradores, pois relatam inúmeras fugas das fazendas por causa de tiros.

Figura 5. Banha de jacuraru usada para tratar inflamações.



Foto: Lara Vaz, 2019.

Além de um importante recurso, a caça se mantém como prática cultural repleta de conhecimentos etnoecológicos acerca das espécies silvestres, já que por muito tempo foi a principal fonte alimentar. A falta do hábito de caçar por ausência de animais gera, não só aumento na insegurança alimentar da comunidade, mas resulta em ataques a uma prática cultural, tendo em vista que, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2009), a caça se realiza como experiência cotidiana e que requer anos de prática.

Como resultados de tais dificuldades ao acesso e manutenção dos principais recursos alimentares da comunidade de Mangueiras, os moradores precisam comprar carnes variadas de pequenos comerciantes da região. Os alimentos processados estão cada vez mais presentes na comunidade por causa do baixo custo, fácil acesso e até pela preferência alimentar que mudou bastante com o passar dos anos, segundo os moradores mais antigos. Esses alimentos são comercializados na própria comunidade em pequenas mercearias e tabernas por um preço considerado baixo e têm sido cada vez mais consumidos na comunidade. Segundo Costa (2011), antigamente a relação alimento e renda se dava apenas em centros urbanos, mas atualmente os meios rurais dependem cada vez mais do mercado para a compra de alimentos. Isso afeta diretamente os padrões alimentares das populações rurais, que foram atingidas pelos diversos ataques a sua terra e acabam tendo que consumir outros alimentos aos quais estavam habituados.

Figura 6. Período de cheia na comunidade de Mangueiras, PA.



Foto: Lara Vaz, 2019.

Figura 7. Roça de Cristina e sua família.



Foto: Lara Vaz, 2019.

A roça também é vista com pouca frequência na comunidade. A maioria das terras consideradas boas para o feitio de roças está nas mãos de fazendeiros que adentram o limite da comunidade com cercas e títulos falsos; além disso, os moradores alegam que "as terras boas estão nas mãos de fazendeiros", já que a comunidade passa por alagações sazonais (Figura 6). A falta de títulos de terras prejudicou a comunidade, que não se sente segura o suficiente para investir em terras que não possuem títulos, o medo de uma invasão é constante, o que prejudica diretamente a soberania e segurança alimentar de uma comunidade quilombola rural, já que o território é fundamental para uma alimentação saudável e digna, pois, assim como diversos grupos rurais, estas baseiam no território suas preferências alimentares, que se dão muitas vezes por diversas formas do extrativismo (ALMEIDA, 2002).

Pelas problemáticas que envolvem o território da comunidade, hoje há somente uma roça em Mangueiras. Cristina, quilombola de Mangueiras (Figura 7), é quem

mantém a roça junto a sua família. No local, cultiva-se a mandioca, planta que serve como matéria-prima para os principais alimentos presentes no prato paraense, como a farinha de mandioca, a farinha e goma de tapioca, o beiju e o tucupi. Tais alimentos são produzidos por Cristina e sua família e são vendidos para os membros da própria comunidade de Mangueiras e para as comunidades do entorno; outra parte fica para o consumo familiar.

Mesmo com as diversas situações em que o agronegócio e sua busca pelo capital interferiu em Mangueiras, identificam-se inúmeras práticas em vista do Bem Viver, que se faz como oportunidade para construir outra sociedade, baseada em uma convivência cidadã em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do conhecimento de povos e comunidades tradicionais (ACOSTA, 2016). Algumas dessas práticas são as pequenas plantações que os moradores cultivam nos quintais de suas casas de forma agroecológica e para o consumo familiar, doação e venda a um preço justo e simbólico (Figura 8). As plantas cultivadas servem como base alimentar para a família que a cultiva e para quem precisa na comunidade, fazendo com que haja um ciclo de troca de sementes, frutos, legumes e vegetais entre a comunidade. Além disso, as famílias responsáveis pelos quintais produtivos prezam por plantações sem o uso de agrotóxicos e adubos industrializados. Percebe-se também que há na região uma relação de troca de alimentos entre os povoados e entre as famílias da comunidade de Mangueiras. As famílias trocam, entre si, o peixe pela farinha, o açaí pelo café, o jerimum pelo cheiro-verde, e por aí vai. Essas relações de troca e forma de produção estabelecidas pela comunidade ao longo do tempo se assemelham ao conceito do Bem Viver, pois essa ideia reconhece que há outras organizações econômicas, sociais, políticas e culturais que se opõem ao desenvolvimento capitalista e não sustentável.

Figura 8. Período de cheia na comunidade de Mangueiras, PA.



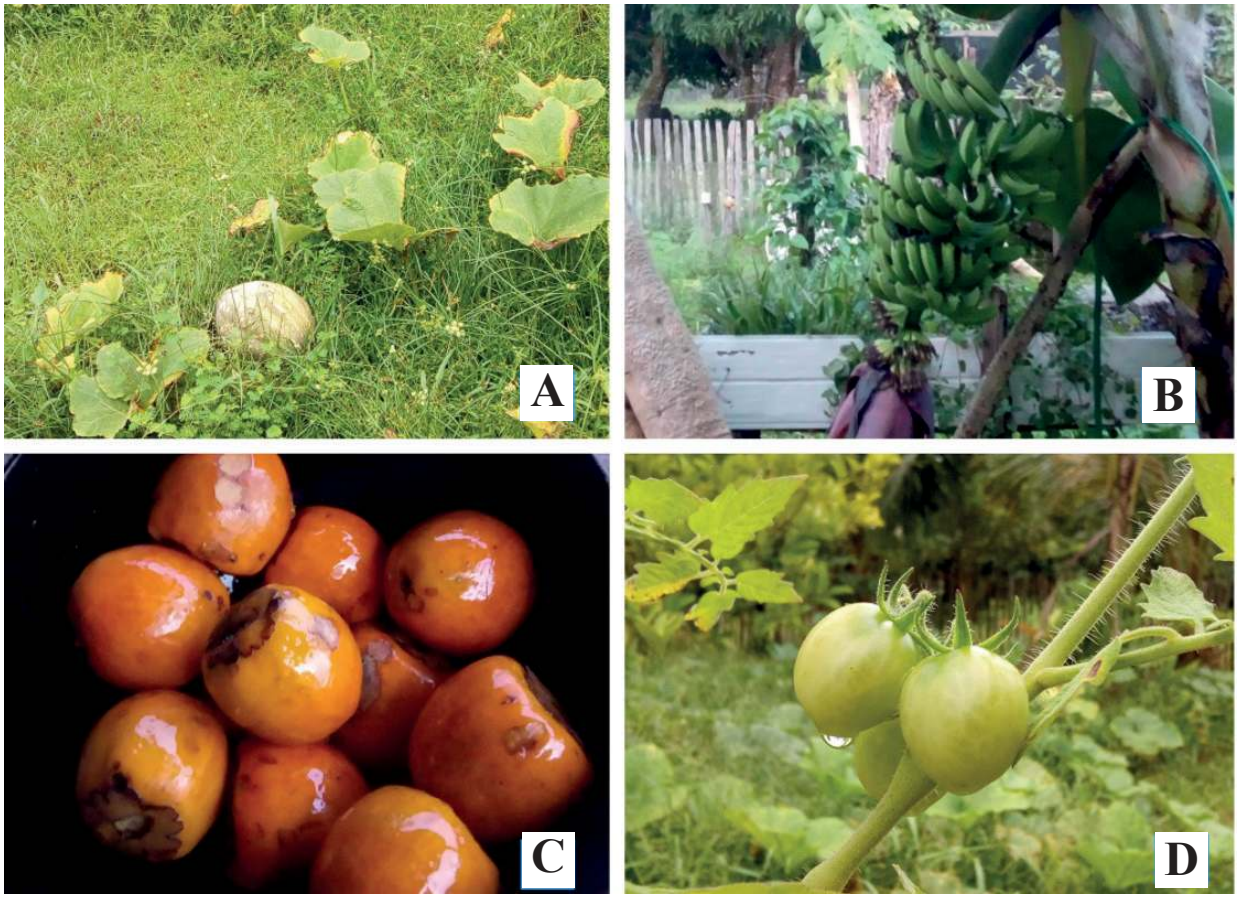
Foto: Lara Vaz, 2019.

Como resultado dessas relações de produção, nota-se que, entre as famílias que mantêm as plantações, nas famílias que compram os produtos oriundos dos cultivos e nas famílias que recebem os recursos por doação, há maior consumo de frutas, vegetais e legumes nas refeições (Figura 9). Essa rede de produção, venda e consumo, além de fortalecer os laços comunitários de Mangueiras, é uma forma de garantir uma alimentação saudável e de qualidade para os que ali residem.

A prática do plantar, mesmo que não seja em grandes roças como era costume entre os mais antigos, resgata o *habitus* ligado à terra e é revivido nas gerações que não podem mais plantar por diversos motivos. No ato de plantar, identifica-se o reavivamento de uma identidade quilombola, pois uma das maiores características dos grupos quilombolas rurais é a relação direta e afetiva com a terra. Cada família cultivadora tem memórias, saberes e conhecimentos únicos, e isso reflete na forma singular que cada um tem de decidir o que vai ser plantado e o porquê de se plantar.

Há quintais com árvores frutíferas e com plantas e ervas medicinais que revelam cosmologias e saberes tradicionais da comunidade, como o remédio proveniente da folha de algodão, popularmente conhecido como "verdinho". Dona Marluce, senhora cultivadora, foi quem nos apresentou o remédio em um episódio de virose em uma das viagens de campo. Segundo ela, basta amassar a folha do algodão com um pouco de mel de abelha e tomar[8]. Dona Marluce é conhecida na comunidade pelos seus saberes em torno dos alimentos e plantas medicinais. Seu plantio e suas criações de animais são reflexos de seus saberes e suas preferências: para curar a dor de cabeça, basta ferver a folha da laranja da terra e banhar a cabeça com o chá; se estiver sem sono é só amassar a folha do mamão amarelo e colocar na cabeça. Essas são plantas, que são facilmente encontradas no quintal, assim como limão, hortelã, tomate, jerimum, etc. Os pés de frutas são bastante cultivados na comunidade, na maioria das vezes esses não configuram complementaridade da renda familiar, mas representam importante fonte de satisfação alimentar e sombras para os arredores das casas.

Figura 9. Alimentos encontrados nos plantios da comunidade de Mangueiras: (A) plantação de abóbora; (B) bananas ainda no cacho; (C) pupunha, fruta protagonista dos cafés e lanches; (D) tomates-cereja na plantação de Dona Marluce.



Fotos: Fonte: Lara Vaz, 2019.

[8] Informação verbal fornecida Dona Marluce, da Comunidade Quilombola de Mangueiras em 2019.

A criação de animais também se faz presente na comunidade, mas de uma forma bem diferente daquela comumente praticada pelos grandes fazendeiros e empresários da região marajoara. Galinhas, bodes, cabras e até búfalos são criados por algumas famílias na comunidade e em pequena quantidade como uma forma de garantia da comida, de dinheiro – caso alguém da comunidade adoeça, por exemplo, e precise de dinheiro rápido para tratar –, e de remédio, em alguns casos. O leite de cabra é bom para os pulmões, a banha da galinha é boa para inflamações e dores, e por aí vai.

O Bem Viver, segundo Pablo Solón (2019), não está em receita específica ou quadrada, mas na relação entre seres humanos e natureza e as diversas cosmologias envolvidas. Está no equilíbrio entre o plantar, colher, repartir e, até mesmo, vender de forma justa em um comércio justo. Está na harmonia entre a terra e aqueles que vivem sobre ela, no equilíbrio com a natureza. Tudo isso é percebido na comunidade, mas sob o risco que correm com as diversas ameaças que sondam a região.

Considerações Finais

Os desafios encontrados na garantia e no exercício da segurança e soberania alimentar da comunidade são provenientes das problemáticas geradas pelo modelo capitalista de desenvolvimento. Esse modelo de desenvolvimento coloca as comunidades e povos tradicionais como grupos subalternos e que atrapalham o desenvolvimento. Se a terra é vista para esses grupos hegemônicos como um meio para a obtenção de lucro, apenas; para os quilombolas, os territórios são espaços de vida, sendo o acesso aos recursos de extrema necessidade para a garantia de seus direitos básicos, como a alimentação. É importante salientar que, segundo Quijano (2000), esse modelo de desenvolvimento atual se mantém como forma de exploração dos recursos naturais e na manutenção das taxas de lucro e de crescimento, fazendo com que a América Latina se reserve a papel periférico. Os países periféricos são constantemente instruídos a abrir e explorar seus recursos naturais, atingindo o âmbito dos direitos sociais em prol desse modelo.

Com a Medida Provisória nº 870/2019 (BRASIL, 2019), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi extinto. Esse órgão federal era responsável por formular, executar e monitorar políticas públicas para a garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional; além de ser o responsável por estabelecer um diálogo com os conselhos estaduais e municipais. Como uma forma de retrocesso e fruto de governo que preza o modelo de desenvolvimento citado, essa extinção pode aumentar a mortalidade infantil, o desemprego e a pobreza e elevar o índice de doenças ligadas à alimentação. E esses fatores se agravam ainda mais em comunidades que não possuem títulos e não são regularizadas.

Várias comunidades quilombolas no Brasil enfrentam a mesma problemática: a falta de titulação de suas terras. Isso contribui para que todo o quadro alimentar seja alterado, já que, sem titulação, a ameaça é constante. Não se pode plantar em grande escala, porque o risco de perda de seus territórios é constante. Os locais aptos à caça e pesca estão sendo tomados por fazendeiros, fato que fez com que os moradores da comunidade configurassem novas práticas alimentares.

É notório que há na comunidade de Mangueiras uma forte relação de interdependência com os recursos naturais para a manutenção da segurança e soberania alimentar, mas, ao mesmo

tempo, esses recursos encontram-se ameaçados por conta de fazendeiros e latifundiários em torno da comunidade. Isso confirma os escritos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2005), que nos diz que as dificuldades na titulação de terras prejudicam diretamente a alimentação e a sobrevivência das famílias, uma vez que os povos do campo possuem uma estreita relação com a terra, resultando também em dificuldades para acesso às políticas públicas. Diante de todo esse quadro de precarização, a comunidade continua reproduzindo suas práticas, transmitindo os saberes para as camadas mais jovens, como uma espécie de estratégia a fim de manter viva sua identidade cultural, cujos hábitos e práticas alimentares são elemento fundamental desse modo de ser quilombola em Mangueiras.

Referências

ACEVEDO MARIN, R. Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política. *In*: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de M.; ACEVEDO MARIN, R. (*org.*). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1, p. 209-228.

ACOSTA, A. El "buen vivir" para la construcción de alternativas. **Revista Casa de las Américas**, [s. l.], n. 251, 2008.

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, E. C. (*org.*). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BARROS, F. B. *et al.* A tradição da pesca no território Sesmaria do Jardim: conflitos socioambientais e estratégias de mobilização. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 53, p. 128-152, 2019.

BONIN, A. A.; ROLIM, M. do C. M. Hábitos alimentares: tradição e inovação. **Boletim de Antropologia**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 75-90, jun. 1991.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 2003.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: CONSEA, 2006. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimentos Social e Combate à Fome. **Chamada nutricional quilombola 2006**. Brasília, DF: 2007a. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/352.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimentos Social e Combate à Fome. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Manual orientador**. Brasília, DF: 2007b. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jan. 2019.

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável** – PESANS 2016/2019. Belém, DF: CAISAN, 2016.

CHOQUEHUANCA, D. **Hacia la reconstrucción del Vivir Bien**. La Paz: América Latina en Movimiento (ALAI), 2010. p. 6-13.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília, DF: CONSEA, 1994.

COSTA, M. Mandioca é comida de quilombola? Representações e práticas alimentares em uma comunidade quilombola da Amazônia brasileira. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, DF, v. 3, n. 2, p. 408-428, 2011.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 1996.

FIGUEIREDO, R. A. A.; BARROS, F. B. "A comida que vem da mata": conhecimentos tradicionais e práticas culturais de caçadores na Reserva Extrativista Ipaú-Anialzinho. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 193-212, 2015.

FREITAS, T. L. Descolonialidade e Bem Viver quilombola: resistências e re-significações identitárias em manifestações culturais negras no extremo sul do Brasil. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 31., 2017, Montevideo, UY. **Anais (on-line)**. Montevideo: ALAS, 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/6698_tiago_larrosa_freitas.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro – DPA. **Fundação Cultural Palmares**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=31465. Acesso em: 29 out. 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUDYNAS, E. Bem Viver: germinando alternativas para o desenvolvimento. *In*: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. (*org.*). **Orçamentos sensíveis a gênero**: conceitos. Brasília, DF: ONU Mulheres, 2012.

HINTZE, S. Aportes para un abordaje multidisciplinario del problema alimentario. *In*: ALVAREZ, M.; PINOTTI, L. (*org.*). **Procesos socioculturales y alimentación**. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010, com projeção populacional para 201**6. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm. Acesso em: 2 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. R**elação de processos de regularização abertos no INCRA**. Brasília, DF: INCRA, 2018. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/processos_abertos.pdf. Acesso em: 8 jul. 2020.

MALINOWSK, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEIRELLES FILHO, J. C. Arroz no Marajó: a impunidade do agronegócio. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 86-96, 2014.

MEIRELLES FILHO, J. C. Quem liga para o Marajó? *In*: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Unidades de Conservação no Brasil**. São Paulo, 2010. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/noticia/93491. Acesso em: 29 out. 2019.

MENASCHE, R.; ALVAREZ, M.; COLLAÇO, J. **Dimensões socioculturais da alimentação**: diálogos latino-americanos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

MENDES, P. M. **Segurança alimentar em comunidades quilombolas**: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacau (Colares), Pará. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research**. London: Sage Publications, 1997. (Qualitative research methods series, 16).

PESSANHA, L. D. R. O sentido brasileiro da segurança alimentar. *In*: MOREIRA, R.; COSTA, L. (*org.*). **Mundo rural e cultura**. São Paulo: Mauad, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (*org.*). A **colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. *In*: ACOSTA, A. (*org.*). **El desarrollo en la globalización el resto de América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad e Ildis, 2000.

SÓLON, P. Bem Viver. *In*: SÓLON, P. **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUSA, L. M. de *et al.* Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-992, 2013.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1980.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009..